



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

HISTÓRICO, PERSPECTIVAS E DESAFIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA

Eloisa Varela Cardoso de Arruda; Márcio Adriano de Azevedo; Mylenna Vieira Cacho, Dayvyd Lavaniery Marques de Medeiros.

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. eloisa.varela@gmail.com;

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. marcio.azevedo@ifrn.edu.br;

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. mylennacacho@gmail.com;

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. dayvyd.medeiros@ifrn.edu.br.

RESUMO

O presente trabalho tem por escopo apresentar o histórico, as perspectivas e os desafios do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, uma política pública de educação, executada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Para a realização do trabalho em tela, optou-se por alguns procedimentos teórico-metodológicos, como a revisão bibliográfica e a análise documental. Como recorte de pesquisa em andamento no mestrado acadêmico em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, aborda aspectos relacionados ao desenvolvimento de ações educacionais vinculadas as realidades dos Projetos de Assentamentos Federais.

PALAVRAS-CHAVE: PRONERA, Educação do Campo, Movimentos Sociais.

1 INTRODUÇÃO

Como é sabido, as ações educacionais destinadas às áreas rurais sempre ficaram relegadas ao mero apêndice da educação urbana, reproduzindo, assim, os modelos políticos de desenvolvimento econômico e ignorando a realidade do campo brasileiro. Além disso, nunca houve uma efetiva preocupação com escolarização do trabalhador camponês, uma vez que a educação rural está baseada no pensamento latinfudista, logo, tem por objetivo fim expropriá-los.

Nesse contexto, os movimentos sociais do campo vêm, ao longo dos anos, protagonizando uma campanha pela construção de uma concepção de Educação do Campo, que se contraponha ao conceito, às definições e às políticas de educação rural presentes ou ausentes na história da



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

educação brasileira. A luta pela construção de uma Educação do Campo com qualidade social e vinculada a necessidades e a especificidades dos sujeitos que vivem nos territórios campestres, ganha projeção e começa a se concretizar, nos anos de 1990, especialmente, a partir da realização da 1ª Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”, realizada em 1998, momento de batismo coletivo de um novo jeito de pensar a educação para os povos campo.

Sob essa perspectiva, nasce, no ano de 1998, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, o qual se constitui como uma iniciativa governamental decorrente das lutas dos movimentos sociais do campo, visando garantir a formação integral do sujeito através da promoção de ações de educação formal, ancoradas numa pedagogia libertadora e emancipatória. Embora se constitua como uma iniciativa governamental, representando um expressivo avanço no que tange o reconhecimento da Educação do Campo, o desenvolvimento do Programa foi/é fortemente marcado pelas disputas do projeto do capital hegemônico existentes no interior do Estado brasileiro (MANURIM, 2011; MOURA, 2015).

Assim, o presente artigo tem como objetivo apresentar o PRONERA, sua origem, seus princípios norteadores, suas ações, bem como, os embates vivenciados no desenvolvimento do Programa e seus avanços. Por último, apresentam-se as considerações finais.

2 O PRONERA COMO INICIATIVA PÚBLICA: ORIGEM, PRINCÍPIOS, AÇÕES EMBATES E AVANÇOS

Dentro desse contexto de luta e diante dos altos índices de analfabetismo existentes no âmbito dos Projetos de Assentamento (PA), revelados por meio do I Censo Nacional da Reforma Agrária¹, o PRONERA foi gestado. Os participantes do I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), concluíram que era necessário ao enfrentamento da referida situação a construção de uma articulação entre as Instituições de Ensino Superior (IES), que estavam desenvolvendo ações vinculadas a temática da Educação do Campo, e os movimentos sociais do campo, especialmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (INCRA, 2014; MOLINA e JESUS, 2010).

¹ Concluído no ano de 1996.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Após um longo processo de articulação e de negociação entre as IES, o MST, os Sindicatos Rurais e o Governo Federal, O PRONERA foi instituído e teve o seu primeiro Manual de Operações aprovado em abril de 1998, a partir da Portaria 10/98, do então Ministério Extraordinário da Política Fundiária, obtendo sua autorização legislativa apenas no ano de 2009, a partir da promulgação da Lei nº 11.947 – Art. 33, conforme transcrevemos:

Art. 33. Fica o poder executivo autorizado a instituir o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, a ser implantado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário e executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (BRASIL, 2009).

O Programa se apresenta como a primeira política pública brasileira de Educação do Campo oriunda dos movimentos sociais, regulada por meio do Decreto nº 7.352/2010 e executada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Seu principal escopo foi fortalecer o meio rural, especialmente, os Projetos de Assentamentos Federais, enquanto território de vida em todas as suas dimensões (BRASIL, 2014; MANURIM, 2011; MOLINA e JESUS, 2010).

São parceiros e executores do programa: as instituições de ensino, pesquisa e extensão, públicas e privadas, sem fins lucrativos; as secretarias municipais e estaduais de educação e os movimentos sociais e sindicais representativos do público beneficiário. As referidas instituições organizam os projetos de escolarização nos níveis e modalidades ofertados pelo Programa, a partir das demandas oriundas dos movimentos sociais e sindicais do campo.

As iniciativas pedagógicas desenvolvidas no âmbito do Programa são destinadas aos beneficiários do PNRA, do Crédito Fundiário, dos Projetos de Assentamento Estaduais e Territórios Quilombolas, reconhecidos pelo INCRA e partem da necessidade de reconhecimento dos sujeitos do campo, da recuperação da sua identidade como trabalhador camponês, do direito a uma formação humana integral vinculada ao território de vida destes trabalhadores, assim como a sua cultura e saberes.

Além disso, Caldart (2004, p. 34) nos diz que essas iniciativas, baseadas no paradigma da Educação do Campo, também têm por finalidade a recuperação dos “[...] veios da educação dos



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

grandes valores humanos e sociais: emancipação, justiça, igualdade, liberdade, respeito à diversidade, bem como reconstruir nas novas gerações o valor da utopia e do engajamento pessoal a causas coletivas, humanas. ”

Portanto, não são apenas iniciativas de ensino, são também iniciativas de construção de uma nova sociedade, uma sociedade crítica, que respeite e valorize as diferenças existentes nos múltiplos coletivos sociais, que exaltam, a partir das ações educativas, as lutas por direitos, por territórios, por reconhecimento inerente a esses sujeitos.

2.1 Princípios

Nessa perspectiva, os projetos e ações desenvolvidos pelo PRONERA têm como princípios básicos: primeiro, a Democratização do acesso à educação, por meio da oferta de educação pública de qualidade, comprometida com a emancipação e transformação social; segundo, a Inclusão, através de iniciativas educacionais, que abarquem a diversidade dos sujeitos; terceiro, a participação, por meio da qual as comunidades indicam as demandas educacionais e, em conjunto com os demais parceiros, decidem sobre a elaboração, execução e acompanhamentos dos projetos; quarto, a Multiplicação, através da ampliação tanto dos números de beneficiários, quanto dos números de envolvidos e engajados no desenvolvimento das ações (BRASIL, 2014).

E, por fim, a parceira, que se apresenta como condição essencial para a execução dos projetos e ações do Programa, uma vez que “o PRONERA se desenvolve por meio de uma gestão participativa, cujas responsabilidades são assumidas por todos em uma construção coletiva no acompanhamento e avaliação dos projetos pedagógicos” (BRASIL, 2014, p. 10). Cabe ressaltar que as IES brasileiras e os movimentos sociais e sindicais do campo, especialmente, o MST, são os principais parceiros do PRONERA, fato esse que “permitiu ao Programa acolher uma rica diversidade de práticas e contribuir para o avanço e a expansão da Educação do Campo no Brasil” (MOLINA E JESUS, 2010, p. 30).

Além dos princípios básicos, as propostas pedagógicas do Programa, em todos os níveis de ensino, devem ter por base, de acordo com o disposto em seu Manual de Operação (2014, p. 10), “[...] a diversidade cultural, os processos de interação e transformação do campo, a gestão



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

democrática e o acesso ao avanço científico e tecnológico voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária”. Esse embasamento deve ser regido por três princípios orientadores: o diálogo que afirma que é “preciso garantir uma dinâmica de aprendizagem-ensino que assegure o respeito à cultura do grupo, a valorização dos diferentes saberes e a produção coletiva do conhecimento” (BRASIL, 2014, p. 10).

O princípio da Práxis, que visa à construção de um processo de interação entre os educandos e ações sociais de transformação do campo, é assim definido como:

Um processo educativo que tenha por base o movimento ação-reflexão-ação e a perspectiva de transformação da realidade; uma dinâmica de aprendizagem-ensino que ao mesmo tempo valorize e provoque o envolvimento dos educandos, educadores e técnicos em ações sociais concretas, e ajude na interpretação crítica e no aprofundamento teórico necessário a uma atuação transformadora; (BRASIL, 2014, p. 10).

E o princípio da transdisciplinaridade, segundo o qual é necessário a construção de um “processo educativo que contribua para a articulação de todos os conteúdos e saberes locais, regionais e globais, garantindo livre trânsito entre um campo do saber formal e dos saberes oriundos da prática social do campesinato” (BRASIL, 2014, p.10). Portanto, os processos de ensino-aprendizagem no âmbito do PRONERA estão estritamente vinculados à realidade e às necessidades do homem do campo, sendo construídos, segundo Molina e Jesus (2004), “a partir dos parâmetros de um ser humano concreto e historicamente situado” (Idem, 2004, p. 23).

2.3 Ações

A materialidade dos princípios acima discutidos ocorre por meio da oferta de alfabetização de jovens e adultos - EJA, de ensino fundamental, médio e superior, formação continuada de educadores, educação profissional de nível médio e superior, ensino superior e pós-graduação, que estão diretamente vinculadas às demandas sociais, econômicas e culturais de cada região, bem como as diversas possibilidades de atuação profissional necessárias ao desenvolvimento das áreas de assentamentos rurais.

A educação de Jovens e adultos nas áreas de Reforma Agrária e Territórios Quilombolas



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

tem, por principal escopo, a universalização da educação escolar com qualidade social. Desenvolve-se através de ações de alfabetização e da continuidade dos estudos escolares nos níveis fundamental e médio de ensino. Segundo o Manual do PRONERA (2014), os projetos de EJA devem englobar três ações básicas: a) alfabetizar jovens e adultos nos dois segmentos do ensino fundamental; b) capacitar pedagogicamente e escolarizar educadores no ensino fundamental para atuarem como agentes multiplicadores; c) formar e escolarizar os coordenadores locais para atuarem como agentes sociais multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

As ações destinadas ao ensino fundamental e médio têm por objetivo dar continuidade a universalização do acesso à educação. A formação de nível médio pode ser realizada integrada ou concomitante ao ensino profissional. Os projetos de educação profissional visam à formação de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida dos Projetos de assentamentos e territórios quilombolas.

Quanto ao ensino superior, são desenvolvidas atividades nas três modalidades de formação superior, a saber: licenciatura, bacharelado e tecnológico. Esse último, diz respeito à formação profissional de nível superior. Cabe destacar que a Educação Profissional do Campo, no âmbito do PRONERA, está diretamente vinculada às demandas sociais, econômicas e culturais de cada região, bem como as diversas possibilidades de atuação profissional necessárias ao desenvolvimento das áreas reconhecidas pelo INCRA. Portanto, nessa conjuntura, a Educação Profissional do Campo se apresenta como uma ação de qualificação fundamentada na realidade dos trabalhadores e nas suas capacidades de agir, intervir e transformar seus modos de vida.

No nível da pós-graduação, são desenvolvidos cursos de especialização nas diversas áreas do conhecimento, além da especialização em residência agrária. Assim, como as demais atividades educacionais realizadas no âmbito do PRONERA, os cursos de pós-graduação têm por finalidade qualificar os sujeitos do campo para trabalhar na promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos campesinos.

Essas iniciativas são desenvolvidas sob a égide da metodologia da alternância, normatizada por meio da Resolução CNE/CEB nº 01/2006 e caracterizada pela divisão da carga horária mínima em dois momentos, são eles: o tempo de estudo desenvolvido nos centros de formação, denominado Tempo Escola, que corresponde a 70% da carga horária mínima e o acontecem as aulas presenciais;



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

e o tempo de estudo desenvolvido na comunidade, denominado Tempo Comunidade, correspondente a 30% da carga horária, onde são realizadas as atividades práticas. (ANTUNES-ROCHA e MANURIM, 2010; ANDRADE e DI PIERRO, 2004; CARVALHO; REIS e HAGE, 2011; BRASIL, 2014).

Adoção da referida metodologia está atrelada à assunção do trabalho como princípio educativo, uma vez que o aluno é impelido a desenvolver intervenções socioeducativas no âmbito dos PAs, nas escolas existentes na comunidade e em organizações sociais, cooperativas e associações municipais. A esse respeito, Carvalho, Reis e Hage (2011, p. 116) destacam que a metodologia da alternância

[...] permite aos jovens do campo a possibilidade de continuar os estudos e ter acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos não como algo dado por outrem, mas como conhecimentos conquistados e construídos a partir da problematização da sua realidade.

Além do exposto, a metodologia da alternância amplia o espaço educativo para além da sala de aula, ressignificando, dessa maneira, “[...] as distâncias ideológicas construídas entre o saber formal e informal, saber do senso-comum e saber científico, saberes práticos e teóricos” (ANTUNES-ROCHA e MANURIM, 2010, p.185).

De acordo com Molina e Jesus (2010), sob essa perspectiva, o Programa vem apresentado resultado expressivos, suas ações haviam promovido até 2010, data da realização da última pesquisa, a escolarização de aproximadamente 400 mil trabalhadores nos diferentes níveis de ensino. Entre os anos de 1998 e 2010 foram firmados mais de 200 convênios com, pelo menos, 60 IES públicas.

2.4 Embates e avanços

Frente a isso, é inegável o êxito de suas ações, contudo, diversos entraves foram/são enfrentados pelo PRONERA, cabem destacar: as dificuldades de financiamento, vivenciada durante toda a gestão de Fernando Henrique Cardoso, na qual o investimento anual, previsto, era de aproximadamente R\$ 21 milhões, contudo, apenas metade dos recursos foram efetivamente



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

aplicados, como exposto no quadro abaixo:

Quadro 1 – PRONERA: METAS E ORÇAMENTO (1998-2002)

ANO	METAS					ORÇAMENTO		
	IES	Convênios	Municípios	PAs	Alunos	Previsto	Executado	%
1998	10	10	83	188	6.460	3.000.000,00	3.000.000,00	100,00
1999	37	51	548	1.284	56.590	21.500.000,00	8.377.236,47	38,98
2000	15	18	130	300	12.205	19.000.000,00	17.110.114,87	90,05
2001	15	29	409	727	23.728	24.114.712,00	9.030.240,00	37,45
2002	22	31	404	881	23.932	11.441.000,00	9.691.000,00	84,70
TOTAL	-	139	-	-	122.915	79.055.712,00	47.208.591	59,71

Fonte: Educação na Reforma Agrária em Perspectiva (2004)

Tal panorama suscitou diversas manifestações protagonizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que foram de “[...] decisivas a sustentação e continuidade do Programa” (ANDRADE e DI PIERRO, 2004, p. 25). Outrossim, a estratégia de garantir os recursos orçamentários, através de emenda parlamentar, adotada pelo referido movimento.

As dificuldades com relação a financiamento foram minimizadas a partir da vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores. A prática de contingenciamento foi rompida e, logo no primeiro ano de gestão do presidente Lula, a execução orçamentária correspondeu a totalidade do orçamento autorizado pelo Congresso. Além disso, durante a referida gestão, a participação da sociedade na Comissão Pedagógica Nacional foi ampliada, houve incremento nas articulações interministeriais e interinstitucionais e na realização de seminários nacionais que permitiu uma maior participação dos distintos agentes na definição de iniciativas a serem desenvolvidas pelo Programa (ANDRADE e DI PIERRO, 2004; SANTOS, 2010).

No entanto, algumas limitações não conseguiram ser sanadas, sobretudo, as que se referem à burocracia institucional como, por exemplo, a morosidade na tramitação dos processos administrativos nas Superintendências Regionais (SRs) e, conseqüentemente, a lentidão na liberação dos recursos para as instituições executoras e falta de entendimento entre as procuradorias



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

jurídicas do INCRA e das IES.

Ademais, ostensivas ações foram promovidas, por parte de alguns setores sociais, a fim de deslegitimar a participação dos movimentos sociais e sindicatos do campo na construção dos projetos do PRONERA, desconsiderando a valorosa contribuição dessas instituições para o avanço do Programa, temos como exemplo, a ação do Tribunal de Contas da União (TCU), que através do seu Acórdão nº 2.653/2008,

[...] impediu o PRONERA de realizar parcerias com instituições educacionais sem fins lucrativos e efetuar pagamento de bolsas para professores das instituições federais de ensino que atuavam no programa. Esta ação impactou diretamente no atendimento e na garantia do direito à educação para milhares de jovens e adultos no campo (BRASIL, p. 12, 2015).

Entretanto, apesar das adversidades, o Programa ofereceu, entre os anos de 1998 e 2011, “[...] 320 cursos [...] envolvendo 82 instituições de ensino, 38 organizações demandantes e 244 parceiros, com a participação de 164.894 educandos” (BRASIL, p. 27, 2015). Diante disso, evidencia-se que, em seus dezessete anos de existência, o PRONERA vem assegurando o direito à educação escolar para jovens e adultos do campo. Esses jovens e adultos, por diversos motivos, entre eles a completa ausência de políticas públicas no campo, não conseguiram ter seu direito à educação respeitado nas etapas anteriores de suas vidas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto, constata-se que o PRONERA se constitui como uma experiência educacional inovadora, vinculada à luta pela terra e consolidada como instrumento público. Esse, ao longo dos anos, promove a implementação de padrões contrahegemônicos de educação, trabalho e organização territorial nas áreas federais de reforma agrária, a partir da oferta de ensino formal aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, do Crédito Fundiário, dos Projetos de Assentamento Estaduais e Territórios Quilombolas, reconhecidos pelo INCRA.

Caracterizando-se, dessa forma, como uma possibilidade de alteração da lógica educacional, econômica e social vigente, por meio da construção de políticas, as quais tenham por fim atender a



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

demanda que emana do povo. Nessa perspectiva, o Programa vem cumprindo seu objetivo maior, que é fortalecer a educação nas áreas de reforma agrária, estimulando, propondo, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, resgatando e religando dois mundos historicamente apartados: o mundo escolar/acadêmico e o mundo rural.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcia Regina; DI PIERRO, Maria Clara; MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. (Orgs.). A educação na reforma agrária em perspectiva: uma avaliação do Programa Nacional de Educação na reforma agrária. São Paulo: Ação educativa, 2004.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel.; MANURIM, Antônio. Tempo-Comunidade / Tempo Escola: Alternância como princípio metodológico para organização dos tempos e espaços das escolas do campo. IN: SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. (Orgs.). **Memória e História do PRONERA: Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

AZEVEDO, Márcio Adriano de. Política de Educação do Campo: concepções, processos e desafios. In: CABRAL NETO, Antônio et al (Org.). **Pontos e Contrapontos da política Educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais**. Brasília: Líber Livro, 2007. p. 145-173.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra. **Manual de Operações do PRONERA**. Brasília: Incra/mda, 2014. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 02 set. 2014.

_____. Ministério Extraordinário da Política Fundiária. Portaria nº 10/98, de 16 de abril de 1998. Cria o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, vinculando ao Gabinete do Ministro e aprova o seu Manual de Operações.

_____. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução CNE/CEB. n. 01, de 15 de março de 2006. Dispõe sobre os dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância. Diário Oficial da União, Brasília: 2006.

_____. Lei n. 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília: 2009.

_____. Decreto n. 7.352, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Diário Oficial da



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

União, Brasília: 2010.

_____. **II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015.

CALDART, Roseli Salette. Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MÔNICA CASTAGNA MOLINA; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. (Orgs.). (Brasil). Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo (Org.). **Por uma Educação do Campo: Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do campo**. Brasília: Nead, 2004. p. 13-52.

CARVALHO, Georgina N. K.; REIS, Neila Silva; HAGE, Salomão Mufarrej. Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, Nº 85, p.51-63, Abril. 2011. Semestral. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/index>>. Acesso em: 06 jan. 2015.

MANURIM, Antônio. Educação do Campo no cenário das políticas públicas do século 21. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, Nº 85, p.51-63, Abril. 2011. Semestral. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/index>. Acesso em: 06 jan. 2015.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Profissional no PNE (2014-2024): *Avanços e contradições*. Revista **Retratos da Escola**, Brasília, v. 8, n. 15, p. 353-368, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 30 mai. 2015.

MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. Contribuições do PRONERA à Educação do Campo no Brasil: Reflexões a partir da tríade: Campo-Políticas Públicas- Educação. IN: SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. (Orgs.). **Memória e História do PRONERA: Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

SANTOS, Clarice Aparecida O PRONERA e as Políticas Públicas de Educação do Campo – Uma reflexão em perspectiva para subsidiar o futuro. IN: SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. (Orgs.). **Memória e História do PRONERA: Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

SILVA, Maria do Socorro. Da Raiz à Flor: Produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: BRASIL. Mônica Castagna Molina. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Educação do Campo e Pesquisa: Questões para reflexão**. Brasília: Nead, 2006. p. 60-93.